

Proposta dos sindicatos e centrais sindicais para melhorar as regras da Previdência Social e que desmente o governo.

1. Revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas;
2. Revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas;
3. Alienação de imóveis da Previdência Social e de outros patrimônios em desuso, por meio de leilão;
4. Fim da aplicação da DRU - Desvinculação de Receitas da União - sobre o orçamento da Seguridade Social;
5. Criação de Refis para a cobrança dos R\$ 236 bilhões de dívidas ativas recuperáveis com a Previdência Social;
6. Melhoria da fiscalização da Previdência Social, por meio do aumento do número de fiscais em atividade e aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização;
7. Revisão das alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio;

8. Destinação à Seguridade e/ou à Previdência das receitas fiscais oriundas da regulamentação dos bingos e jogos de azar, em discussão no Congresso Nacional;

9. Recriação do Ministério da Previdência Social. Segundo o Auditor Fiscal Vanderley Maçaneiro, o balanço de receitas e despesas da Seguridade Social tem sido superavitário nos últimos anos, inclusive em 2015.

O excedente entre receitas e despesas oscilou entre R\$ 75 e 83 bilhões, entre 2011 e 2013, com queda para R\$ 54 bilhões em 2014. Mesmo em 2015, ano em que a recessão afetou a arrecadação previdenciária, houve superávit de R\$ 11 bilhões. As receitas da Seguridade subiram de R\$ 527 bilhões, em 2011, para R\$ 694 bilhões, em 2015. Enquanto isso, as despesas passaram de R\$ 451 para R\$ 683 bilhões.

Dados processados pela professora Denise Gentil, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e publicados na Carta Capital também confirmam que o orçamento da Seguridade Social tem sido superavitário pelo menos desde 2007, e assim se manteve em 2015, quando registrou saldo positivo estimado em R\$ 20 bilhões.

Fonte: DIEESE.

De: Alexander Ferreira Avaly